



COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS

Bruxelas, 11.10.2005
COM(2005)482 final

RELATÓRIO DA COMISSÃO

**Relatório anual da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu sobre o funcionamento
do sistema das Escolas Europeias**

1. INTRODUÇÃO

O presente documento é o primeiro relatório anual da Comissão Europeia ao Parlamento Europeu sobre o funcionamento do sistema das Escolas Europeias, elaborado na sequência de um pedido do Parlamento Europeu formulado no relatório Bösch de 2002 sobre o futuro financiamento das Escolas Europeias (EE). O presente relatório apresenta uma visão geral dos principais aspectos do funcionamento actual das EE (incluindo dados comparativos para identificar as tendências principais) e centra-se seguidamente numa análise da população escolar, do pessoal, das principais questões de ordem pedagógica e do financiamento das Escolas Europeias. O relatório prossegue com uma análise dos principais desafios que se colocam às EE: as consequências do alargamento, a necessidade de ter em conta a criação de Agências da União Europeia e de alargar o acesso ao Diploma Europeu de Estudos Secundários, a governança do sistema escolar, as difíceis condições de funcionamento das grandes EE em Bruxelas e no Luxemburgo e o futuro das pequenas escolas, sobretudo tendo em conta o número extremamente reduzido de alunos da cat. 1 matriculados nestas últimas.

O sistema das Escolas Europeias funciona eficazmente desde há pouco mais de meio século e ministra um ensino de elevada qualidade destinado, em primeiro lugar, aos filhos do pessoal das instituições da União Europeia (em 2004, cerca de 51% do número total de alunos das EE eram filhos do pessoal das instituições europeias). O sistema funciona numa base de tipo intergovernamental ao abrigo de uma Convenção assinada por todos os Estados-Membros (EM) e pela Comissão Europeia. Tal como é claramente especificado na referida Convenção intergovernamental, a missão das Escolas Europeias é "a educação em comum dos filhos do pessoal das Comunidades Europeias"¹. Além destas crianças, "outras crianças podem beneficiar do ensino das escolas dentro dos limites fixados pelo Conselho Superior"². Enquanto entidades financiadoras de quase 60% do sistema das EE e empregadores responsáveis que têm interesse em assegurar a prossecução do bom funcionamento de um sistema que continua a ser um elemento essencial para atrair e recrutar pessoal do mais alto nível, as instituições da UE manifestaram nos últimos anos um interesse crescente pelas Escolas Europeias.

Na sequência da adopção do relatório Bösch pelo Parlamento Europeu em 2002, a Comissão apresentou em 2004 um documento de reflexão sobre o futuro do sistema das Escolas Europeias, que levanta uma série de questões sobre a sua governança, financiamento e serviços educativos. Foi assim lançado um amplo debate sobre as questões e os desafios com que as Escolas Europeias se confrontam ao iniciarem um segundo meio século de existência num contexto de grandes mudanças. O alargamento constante da União e a criação de novos organismos da UE em toda a Europa, conjugados com a mudança de políticas em matéria de educação, colocam novos desafios a que o sistema das EE deve dar resposta caso queira continuar a ser tão inovador nos próximos cinquenta anos como o foi no passado. É neste contexto que a Comissão Europeia apresenta um primeiro relatório anual ao Parlamento Europeu sobre o funcionamento do sistema das Escolas Europeias. Este relatório apresenta uma visão geral do sistema actual e aborda uma série de desafios fundamentais para o futuro.

¹ *Convenção relativa ao Estatuto das Escolas Europeias*, artigo 1º.

² *A Colectânea das Decisões do Conselho Superior* Ref # 95-D-19, p. 162, limita o número de alunos da cat. 3 a 20% da turma.

2. DADOS ESTATÍSTICOS E TENDÊNCIAS

2.1. População escolar

Existem actualmente treze Escolas Europeias³ em sete Estados-Membros. O ensino é ministrado em 14 línguas, repartidas por secções linguísticas cujo número total se eleva a 80. Os alunos que frequentam as EE dividem-se em três categorias, em conformidade com as decisões tomadas pelo Conselho Superior (CS), a entidade que gere as EE. A primeira categoria (cat. 1) abrange os filhos do pessoal das instituições da UE (e os filhos do pessoal de algumas outras organizações bem como os filhos do pessoal das próprias Escolas Europeias). Os alunos da cat. 1 não pagam propinas. A segunda categoria de alunos (cat. 2) é constituída por crianças cujos pais trabalham em organismos que assinaram um acordo com as EE. Esses alunos pagam propinas correspondentes à totalidade do custo anual por aluno da EE que frequentam. A terceira categoria (cat. 3) é constituída por alunos não abrangidos pelas duas primeiras categorias, que são aceites pelo director da respectiva EE de acordo com as regras e decisões adoptadas pelo CS. Também estes alunos pagam propinas que cobrem uma parte do custo por aluno nas respectivas escolas.

Actualmente, perto de 20 000 alunos frequentam as Escolas Europeias. O sistema registou um aumento de 17% nos últimos três anos. A maior parte deste aumento deve-se ao aumento do número de alunos da cat. 1 (23%), principalmente em Bruxelas e no Luxemburgo. O quadro que se segue apresenta números indicativos relativos ao aumento do número total de alunos e do número de alunos da cat. 1 registado nas Escolas Europeias. O Anexo 1 apresenta dados mais pormenorizados.

População escolar	1995	2001	2004	Crescimento percentual desde 1995	Crescimento percentual desde 2001
Número total de alunos	15 756	16 985	19 862	26,1	16,9
Alunos da cat. 1	8 965	10 070	12 412	38,4	23,3

As grandes EE de Bruxelas e do Luxemburgo servem actualmente uma população escolar de mais de 12 000 alunos, ou seja, 60% da totalidade dos alunos das EE. Além disso, estas grandes escolas prestam serviços educativos a 78% da totalidade dos alunos da cat. 1 do sistema, enquanto apenas 22% dos alunos da cat. 1⁴ frequentam as restantes oito escolas.

³ Em 2009, deverá ser inaugurada uma nova EE em Bruxelas, elevando para 4 o número de EE nesta cidade e para 14 o número total de EE.

⁴ A EE de Munique acolhe os filhos da cat.1 do pessoal do Instituto Europeu de Patentes, que representam 8% dos alunos da cat.1 das EE. A EE de Varese presta serviços educativos aos alunos do Centro Comum de Investigação de ISPRA, que representam 5% da totalidade dos alunos da cat.1. A população da cat.1 nas novas EE de Alicante e de Francoforte representa 5% do total. Finalmente, as quatro pequenas Escolas Europeias de Culham, Bergen, Mol e Karlsruhe (as três últimas das quais servem os alunos filhos do pessoal do Centro Comum de Investigação) têm, no total, uma população da cat.1 que representa menos de 4% da totalidade da população da cat. 1.

A maioria, se não a totalidade, dos alunos dos novos Estados-Membros entrará para as EE de Bruxelas e do Luxemburgo, onde já se verifica uma sobrelotação importante. Este dado, associado a um mini "*baby boom*" entre o pessoal existente, poderá provocar uma pressão nestas escolas provavelmente insustentável já nos próximos anos. Por outro lado, a situação de sobrelotação escolar em Bruxelas e no Luxemburgo tem um impacto negativo nas condições de aprendizagem dos alunos e no seu bem-estar geral, afectando também as condições de trabalho do pessoal e o ambiente geral nas escolas. Embora as decisões necessárias tenham sido tomadas e identificados os locais de implantação da segunda EE no Luxemburgo (Luxemburgo II ficará situada em Mamer) e da quarta EE em Bruxelas (Bruxelas IV ficará situada em Laeken), as datas de abertura destas escolas são, respectivamente, 2008 e 2009. Estima-se que nas EE de Bruxelas a população escolar da cat. 1 aumente em 900 alunos até 2009 e em 200 alunos nas EE do Luxemburgo até 2008. A Comissão interveio junto das referidas autoridades nacionais em causa no sentido de as datas de entrega destas escolas serem respeitadas e continuará a seguir de perto a situação.

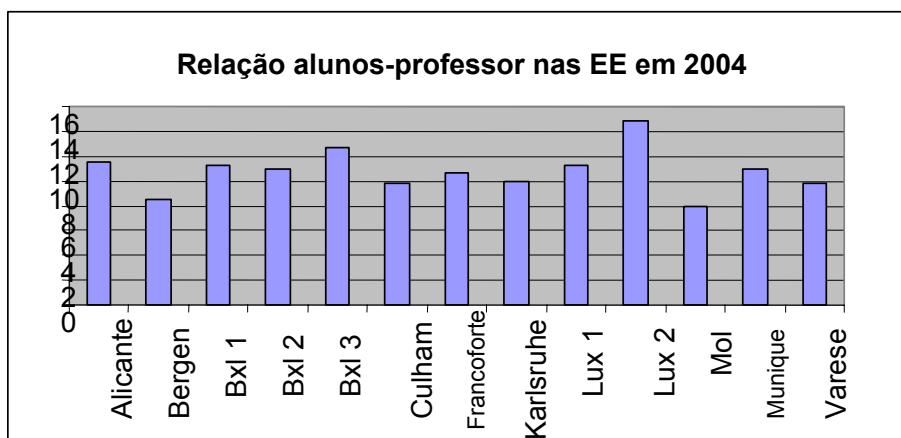
Nas pequenas EE, tem-se observado uma diminuição do número total de alunos nos últimos anos e a presença de um grande número de alunos da cat. 3 parece indicar que estas escolas continuam abertas sobretudo devido a esta categoria de alunos (ver Anexo 2). Cerca de 80% dos alunos das pequenas EE pertencem à cat. 3. Contudo, as receitas geradas pelas propinas dos alunos da cat. 3 representam apenas 20% do orçamento das EE em questão.

2.2. Níveis de pessoal

As Escolas Europeias empregam principalmente (+/-80%) professores enviados pelos respectivos ministérios da educação nacionais por um período de destacamento limitado⁵. Uma parte do pessoal docente (professores substitutos/professores convidados - "chargés de cours"), bem como o pessoal administrativo e auxiliar (PAA) das escolas é contratado a nível local pelos directores das escolas. Os professores destacados são os únicos que têm um estatuto que define as suas condições de emprego. O pessoal administrativo e auxiliar está geralmente sujeito à regulamentação nacional em vigor no país onde se situa a EE. Os professores sem horário completo ("chargés de cours") contratados a nível local têm em geral um contrato com a EE de duração limitada a um ano, que é renovável. São pagos de acordo com o número de horas prestadas por semana.

Acompanhando o aumento da população escolar, o pessoal das EE e do Gabinete do Secretário-Geral (GSG) também aumentou. Muitos dos lugares adicionais para professores, se não mesmo todos, resultam do alargamento e da conseqüente criação de três novas secções linguísticas (polaca, checa e húngara) em Bruxelas e de três outras secções (polaca, checa e húngara) no Luxemburgo. O quadro que se segue indica a relação alunos/professor nas diversas EE.

⁵ Até nove anos.



Os efeitos da criação destas secções linguísticas ainda não se fizeram sentir totalmente, dado que ainda só abriram os ciclos de ensino pré-primário e primário. Os níveis secundários abrirão progressivamente e as consequências aparentes em termos de pessoal docente para estas secções linguísticas só serão visíveis por volta de 2010. Até lá, é provável que um novo alargamento exija um aumento do pessoal docente nas EE. Além das seis novas secções linguísticas abertas em Bruxelas e no Luxemburgo (três em cada sede), foram contratados professores em função das necessidades em várias EE para leccionar em língua materna aos alunos dos seis novos Estados-Membros cujas secções linguísticas ainda não foram criadas dado o pequeno número de alunos previsto.

O aumento do pessoal administrativo e auxiliar (PAA) acentuou-se desde a abertura de três novas Escolas Europeias em 2001: Alicante, Francoforte e Luxemburgo 2. Para além destas três escolas, o maior aumento dos lugares PAA no período 2001-2005 verificou-se em Munique (aumento de 37% dos lugares PAA contra um aumento de 9,3% do número de alunos no mesmo período) e no Gabinete do Secretário-Geral (aumento de 33,8% contra um aumento de 16,9% da população escolar das EE). O quadro que se segue apresenta uma comparação dos níveis de pessoal em 2001 e 2005⁶. O Anexo 3 fornece mais informações, nomeadamente uma repartição pormenorizada dos professores destacados e do pessoal PAA de todas as EE no ano lectivo 2005-2006. O número de professores sem horário completo, contratados a nível local, deverá ser sensivelmente o mesmo no próximo ano, ou seja, cerca de 430, mas talvez seja necessário proceder a um pequeno ajustamento conforme a situação local, designadamente, diferenças no número de alunos que afectem o número de turmas necessárias e/ou disponibilidade de professores destacados.

Professores destacados		Professores contratados localmente		Total do pessoal docente		Aumento do pessoal docente	PAA (contratado localmente)		Aumento do pessoal PAA	População escolar		Aumento do número de alunos
2001	2005	2001	2005	2001	2005	2005/2001	2001	2005	2005/2001	2001	2005	2005/2001
1199	1390	311	430	1510	1820	20,5%	243	311	27,8%	16985	19862	16,9%

⁶ Relatório anual do Secretário-Geral ao CS da EE. Ref# 1612-D-2004.

2.3. Questões pedagógicas

Há muito que as Escolas Europeias são reconhecidas pela qualidade do serviço que prestam em termos de ensino multilingue e multicultural, de forma singular e num contexto único. Além disso, o "Diploma Europeu de Estudos Secundários" (DEES), que sanciona o fim dos estudos nas EE, é amplamente reconhecido nos Estados-Membros e o titular beneficia das mesmas condições de acesso à universidade que os nacionais do Estado-Membro em cujo estabelecimento de ensino superior pretende inscrever-se.

Os resultados dos alunos que se apresentam aos exames finais do DEES melhoram de ano para ano. Efectivamente, a percentagem dos alunos que obtêm o DEES, bem como a dos alunos que obtêm resultados superiores a 75%⁷, aumentou sensivelmente. A taxa média de sucesso no DEES em todas as Escolas Europeias foi de 98,1% em 2004 contra 96,4% em 2000. A média da classificação geral obtida no DEES em 2004 aumentou 2%, passando de 74% em 2000 para 76% em 2004. Nesse ano, quase metade dos alunos que fizeram os exames do DEES (49,6%) obteve uma nota igual ou superior a 75%. O número de alunos que obteve mais de 80% passou para 29%. Por outro lado, três EE obtiveram uma taxa de sucesso de 100% por ano desde 2000.

Existem igualmente disparidades entre as secções linguísticas em termos de taxas de sucesso escolar e de bons resultados. Em seis das onze secções linguísticas que actualmente dão acesso ao "Diploma Europeu de Estudos Secundários" metade dos alunos obteve bons resultados (>75%) em 2004, enquanto as cinco outras secções linguísticas se situaram abaixo da média (49,6%) em termos de bons resultados. O Anexo 4 fornece dados mais pormenorizados sobre as taxas de sucesso e os resultados dos alunos do "Diploma Europeu de Estudos Secundários", enquanto o Anexo 5 apresenta as taxas de insucesso por escola, por secção linguística e por nível durante os anos que precedem o DEES.

A confirmação mais recente da boa qualidade do ensino nas Escolas Europeias está nos resultados obtidos pela EE do Luxemburgo no âmbito da avaliação PISA II da OCDE de 2003. Os resultados dos 192 alunos de 15 anos (das secções de língua inglesa, francesa e alemã) que participaram neste teste foram ligeiramente superiores aos dos seus homólogos das escolas nacionais luxemburguesas equivalentes. A Comissão Europeia está a considerar a possibilidade de submeter aos testes PISA III a outras EE em 2006. Por outro lado, os serviços da Comissão estão a analisar a possibilidade de efectuar uma sondagem a fim de analisar os estudos académicos e/ou os percursos de carreira seguidos pelos alunos após o DEES e os motivos para o seu sucesso ou insucesso.

Nos últimos anos, foram elaborados ou actualizados pelo Conselho de Inspeção vários programas destinados às EE. Em especial, muitos dos programas linguísticos ou programas de línguas estrangeiras do início dos anos 70 ou 80 foram revistos e aprovados pelo Conselho Superior. Além disso, os programas de várias disciplinas de opção foram melhorados ou actualizados. Entre 2000 e 2005, cerca de metade dos actuais programas de estudos das EE foram redigidos ou revistos, embora alguns ainda datem dos anos 80. Os programas destinados a ajudar os alunos com dificuldades ou com necessidades especiais são um complemento importante dos programas das EE.

⁷ *Relatório sobre o "Diploma Europeu de Estudos Secundários". CS 1-2 Fev. 2005. Ref # 2004-D-3210.*

As Escolas Europeias oferecem actualmente diversos tipos de apoio pedagógico e de acompanhamento individual aos alunos com deficiências e/ou dificuldades de aprendizagem. As novas políticas destinadas aos alunos com necessidades especiais de ensino (NEE) e aos alunos que têm necessidade de apoio à aprendizagem (AA) baseiam-se no princípio da integração do aluno na turma, para que os referidos alunos possam participar activamente num mínimo de actividades colectivas de tipo cognitivo. Apesar de todos estes esforços, subsistem casos em que as EE não podem fazer face às necessidades concretas do aluno. A Comissão promove fortemente a concessão de apoio aos alunos com necessidades especiais. Contudo, os programas NEE e AA requerem um melhor acompanhamento no sentido de otimizar os serviços e de avaliar o respectivo impacto. A Comissão solicitou ao Conselho Superior a apresentação de relatórios mais pormenorizados, bem como uma avaliação da aplicação dos programas e do respectivo sucesso em cada EE.

Foram elaborados outros programas especiais na previsão do alargamento e do afluxo de alunos para os quais não iriam ser criadas as respectivas secções linguísticas. O Conselho Superior adoptou recentemente programas que ajudarão os alunos integrados em secções linguísticas que não correspondem à sua língua materna. Os programas SWALS (*Students Without A Language Section*), NEE e AA beneficiaram de um grande apoio da Comissão e de um aumento do orçamento das EE para os recursos materiais e humanos necessários.

Desde 1999, ano em que o CS adoptou a sua primeira política em matéria de NEE, o número de alunos abrangidos por este programa aumentou consideravelmente. O quadro seguinte apresenta a evolução da rubrica orçamental NEE nas Escolas Europeias⁸. Como se pode constatar, o orçamento destinado a ajudar estes alunos aumentou de forma proporcional, ascendendo actualmente a cerca de 8 700 euros por aluno⁹.

Evolução da rubrica orçamental EE para os programas NEE (alunos com necessidades especiais de ensino)

Ano	2003	2004	2005	2006
TOTAL (em euros)	1 680 670	2 045 499	2 331 233	2 604 399
Número de alunos abrangidos	197	214	273	300 (estimativa)

Apesar do aumento dos recursos financeiros afectados para ajudar as crianças que têm necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem, a execução destes programas não é uniforme, como o atestam várias queixas apresentadas ao Provedor de Justiça Europeu.

Um exame das taxas de reprovação no ciclo de ensino secundário¹⁰ das EE mostra que o pico se situa no 4º e 5º anos desse ciclo, quando os alunos passam a ter um grande número de disciplinas obrigatórias em ciências, línguas e matemática com elevado nível de dificuldade (ver Anexo 5). Este facto, bem como as taxas de abandono escolar tornam necessária uma adaptação da política de apoio à aprendizagem para evitar esses picos e para criar um

⁸ Os programas SWALS e AA no ensino secundário são demasiado recentes para que já se possa dispor de dados comparativos.

⁹ Dados fornecidos pelo Gabinete do Secretário-Geral das Escolas Europeias.

¹⁰ As EE têm uma política geral sobre as condições em que os alunos têm de repetir o ano, que estão previstas no artigo 60º do Regulamento Geral das Escolas Europeias.

programa de estudos diferente que conduziria a um diploma de fim de estudos alternativo ao Diploma Europeu de Estudos Secundários, como tem vindo a ser pedido pelos pais nos últimos anos. Um novo grupo de trabalho criado pelo Conselho Superior para debater esta questão reunir-se-á pela primeira vez em Setembro de 2005.

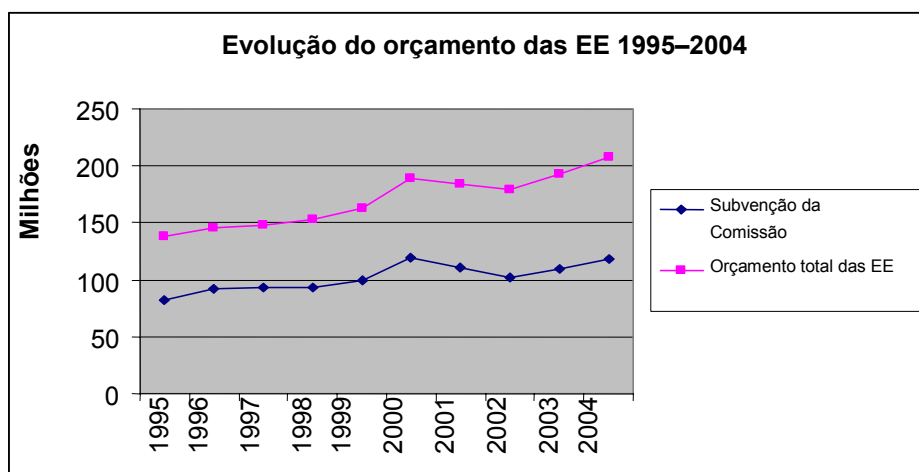
2.4. Financiamento

A responsabilidade financeira do orçamento das Escolas Europeias é repartida entre a contribuição dos Estados-Membros, as receitas provenientes das propinas dos alunos das cat. 2 e 3 e uma contribuição do orçamento da UE para equilibrar as contas. Os Estados-Membros contribuem para o orçamento das EE pagando o salário nacional do seu pessoal destacado no sistema das EE (o orçamento da UE cobre a diferença entre o salário nacional e o salário das EE). Em 2004, esta contribuição representava cerca de 22% do orçamento total das EE. As receitas resultantes das propinas dos alunos das cat. 2 e 3 representaram, respectivamente, 5% e 8%. Diversas pequenas contribuições directas para as escolas (por exemplo, pagamento de seguros pelos pais, custo das fotocópias, etc.) representam 2% suplementares, sendo os restantes 56% suportados pela Comissão a partir do orçamento da UE. No que diz respeito à EE de Munique, o Instituto Europeu de Patentes (IEP) assume um papel financeiro similar ao da Comissão para as outras EE. A contribuição financeira do IEP para o sistema da EE ascende a cerca de 7% do total do sistema.

Nos últimos anos, o orçamento total atribuído ao sistema das Escolas Europeias foi subutilizado dentro de uma margem que variou entre 1 e 14,4 milhões de euros (ver Anexo 6). Embora esta subutilização se deva sobretudo a uma sobreavaliação das despesas de pessoal, a subutilização nas rubricas das despesas de funcionamento, como é o caso das despesas com os alunos NEE, a intervenção de peritos, a formação do pessoal, etc., é proporcionalmente mais elevada, como se pode constatar no quadro do Anexo 7. Por outro lado, as diferenças entre as EE, tanto no atinente aos seus pedidos iniciais de orçamento como ao montante final gasto, justificam que se proceda a uma análise aprofundada em termos de boa gestão financeira.

Tem havido um aumento anual regular do orçamento das EE e das contribuições das diversas componentes. A subvenção do orçamento da UE, gerida pela Comissão, passou de 81,6 milhões de euros em 1995 para 118,4 milhões de euros em 2004 (ou seja, um crescimento de 45%). Durante o mesmo período, a população escolar aumentou 33%, passando de cerca de 15 000 alunos para quase 20 000. O número de escolas passou de 9 em 1995 para 12 em 2004, tendo o orçamento do Gabinete do Secretário-Geral passado para mais do dobro durante o mesmo período, ou seja, de 4 milhões de euros em 1995 para uma dotação orçamental de 8,2 milhões de euros em 2005. A subvenção da UE para o orçamento do Gabinete do Secretário-Geral é de cerca de 80%. A estimativa da contribuição da UE para o orçamento das EE em 2005 é de 127 milhões de euros, ou seja, o mesmo que em 2004. Contudo, do orçamento das EE para 2004 não foram utilizados 14,4 milhões de euros devido ao facto de as necessidades terem sido inferiores ao previsto. Por esse motivo, a contribuição da UE de 127 milhões de euros deverá ser suficiente para as necessidades das EE em 2005. O quadro abaixo apresenta o orçamento total das EE e a contribuição da UE nos dez últimos anos¹¹.

¹¹ O orçamento total das EE e a contribuição da UE em 2000 e 2001 são anormalmente elevados devido a uma decisão do CS de pagar os subsídios de instalação a todos os professores das EE que tenham mais de 9 anos de destacamento escolar em 2000-2001. O auditor financeiro das EE considera que esta decisão inflacionou o orçamento das EE em cerca de 35 milhões de euros nestes 2 anos, mas também permitiu uma redução anual de 4-5 milhões de euros nos anos seguintes.



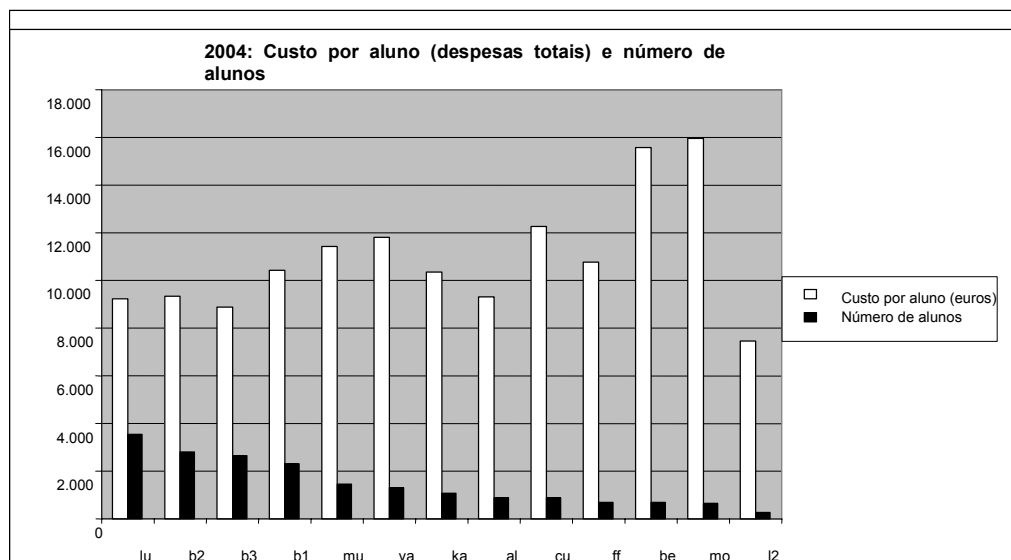
É razoável esperar que o orçamento das EE acompanhe o crescimento das instituições da UE e dos seus efectivos. Contudo, não existe uma correlação clara entre o aumento do número de alunos da cat. 1 numa EE e o financiamento dessa escola pela UE, como se vê no quadro abaixo. Com efeito, as grandes EE recebem uma percentagem de financiamento comunitário inferior à sua média de alunos da cat. 1, enquanto as pequenas EE recebem uma percentagem de financiamento comunitário muito mais elevada do que a sua percentagem de alunos da cat. 1 justificaria. A população escolar da cat. 1 das quatro EE de Bergen, Culham, Karlsruhe e Mol no seu conjunto representa 3,8% do total do sistema das EE. Em contrapartida, a contribuição da UE para os orçamentos destas quatro EE corresponde a 18,8% da contribuição total da UE para o sistema das EE. No quadro abaixo, as comparações das percentagens, tanto para os alunos da cat. 1 como para a contribuição da UE, são apresentadas em relação ao total dos alunos da cat. 1 no sistema das EE e ao total da subvenção da UE para o orçamento do sistema das EE.

Comparação entre os alunos da cat. 1 e a subvenção da UE por EE

	2003		2004	
	<i>Percentagem da cat. 1 no sistema EE</i>	<i>Percentagem da subvenção total da UE para as EE</i>	<i>Percentagem da cat. 1 no sistema EE</i>	<i>Percentagem da subvenção total da UE para as EE</i>
Alicante	2,1	3,1	2,5	4,8
Bergen	0,9	5,8	0,9	5,4
Bxl 1	14,5	14,4	14,7	14,4
Bxl 2	20,7	14,5	20,4	15,0
Bxl 3	18,4	13,6	18,7	13,2
Culham	1,0	5,5	0,9	4,7
Francoforte	2,1	2,7	2,7	3,5
Karlsruhe	1,1	3,7	1,0	3,3
Lux 1	24,5	17,4	19,1	17,1
Lux 2		0,0	4,8	1,0
Mol	1,1	6,0	1,0	5,4
Munique	8,4	0,9	8,2	0,8
Varese	5,1	6,8	5,2	6,6
Gabinete do Secretário-Geral		5,5		4,8

Os Anexos 8 e 9 fornecem mais informações sobre a contribuição financeira da UE por EE e sobre a evolução dos orçamentos das EE.

Os dados de 2004 sobre o custo por aluno e a população escolar por EE figuram no quadro abaixo¹². As EE foram classificadas de acordo com a sua dimensão, da maior para a menor¹³.



lu = Luxemburgo 1; b2, b3, b1 = Bruxelas 2,3,1; mu = Munique; va = Varese; ka = Karlsruhe; al = Alicante; cu = Culham; ff = Francoforte; be = Bergen; mo = Mol; l2 = Luxemburgo 2

3. PRINCIPAIS DESAFIOS QUE SE COLOCAM ÀS ESCOLAS EUROPEIAS

3.1. Alargamento

Os alargamentos recentes e futuros aumentam a pressão sobre o sistema das EE devido à sua crescente complexidade e dimensão em termos de novas línguas e de aumento do número de alunos. As estimativas revistas relativas ao número de alunos vindos dos novos Estados-Membros apontam para um aumento de 1 110 entre 2004 e 2007. São principalmente as EE de Bruxelas (80%) e do Luxemburgo (20%) que serão afectadas. As outras EE não deverão ser afectadas pelo alargamento. O Anexo 10 indica o número estimado de alunos nas EE de Bruxelas e do Luxemburgo para os próximos cinco anos, incluindo os alunos provenientes dos novos Estados-Membros.

¹² Quadro extraído do Relatório anual do auditor financeiro. Ref # 2005-D-163, p. 12.

¹³ Os dados sobre a EE do Luxemburgo 2 estão falseados e devem ser ignorados dado que esta escola funcionou apenas durante quatro meses em 2004.

Medidas tomadas

A base do sistema de ensino previsto para os filhos do pessoal dos 10 novos Estados-Membros é a mesma que para os filhos do pessoal dos antigos Estados-Membros. O Conselho Superior fixou critérios numéricos para a criação de secções linguísticas que, uma vez preenchidos, poderão conduzir à criação de novas secções linguísticas¹⁴. Até ao momento, só foram criadas as secções linguísticas polaca, checa e húngara e somente em Bruxelas e no Luxemburgo, uma vez que correspondem aos novos Estados-Membros mais populosos. Espera-se que essas secções preencham facilmente os critérios numéricos.

Assim, os alunos que vêm de seis dos novos Estados-Membros¹⁵ (Estónia, Lituânia, Letónia, Eslováquia, Eslovénia e Malta) não têm ainda secção linguística correspondente à sua língua materna, sendo integrados nas secções linguísticas existentes. Escolhem em geral a secção de língua inglesa e, em menor escala, as secções de língua alemã ou francesa. Deste modo, criou-se uma situação em Bruxelas em que um quarto dos alunos de uma turma não tem como língua materna a língua da secção escolhida.

Foram criados dois programas especiais para propor aulas de língua suplementares aos alunos que se encontram nesta situação. Em primeiro lugar, são garantidas aulas na língua materna (até 5 horas por semana) a todos os alunos das cat. 1 e 2. Esta política existe em todas as EE e é também aplicada aos alunos dos novos Estados-Membros, desde que haja um professor qualificado disponível. Em segundo lugar, os alunos de uma secção linguística que não corresponde à sua língua materna beneficiam de apoio especial na língua da secção em causa para recuperar o atraso. Há que continuar a acompanhar e avaliar a situação nas secções em questão, dado que estes novos programas estão ainda no início.

Efeitos sobre a oferta de serviços nas grandes EE

Até ao momento, o alargamento não produziu efeitos significativos a nível do pessoal das EE. Certos professores são contratados para dar aulas na língua materna e outros para dar aulas nas novas secções linguísticas. Até 2010, altura em que se prevê que a população escolar dos 10 novos Estados-Membros esteja estabilizada, é provável que tenha ocorrido outra vaga de alargamentos. O impacto desses alargamentos no sistema das EE ainda não é conhecido, mas será estudado nos próximos anos. Contudo, a experiência demonstrou que mesmo as pequenas secções linguísticas precisam de cerca de 15 professores destacados.

3.2. Política de descentralização e necessidades das agências

Com a criação de novas agências em toda a União, a existência de um sistema de ensino multilingue e multicultural (similar ao das Escolas Europeias) para os filhos do pessoal das agências representa um grande desafio. O reduzido número de efectivos na maior parte das agências não justifica a criação de novas Escolas Europeias. É, por conseguinte, necessário elaborar novos modelos que respondam às suas diferentes necessidades de uma forma simultaneamente flexível e adequada, que lhes permita assegurar um equilíbrio geográfico no recrutamento do seu pessoal e atrair pessoal em geral altamente qualificado. É difícil, e em alguns casos impossível, atingir este objectivo se a agência se situar numa cidade que não

¹⁴ *Os critérios de criação, encerramento e manutenção das Escolas Europeias*. Ref # 2000-D-7510, p. 2 (são precisos 75 alunos no primário e 84 no secundário para abrir uma secção).

¹⁵ Os alunos originários de Chipre entram na secção linguística grega, que é a da sua língua materna.

ofereça ensino em, pelo menos, uma das línguas veiculares. Mesmo em localidades em que existem alternativas ao sistema educativo nacional, em escolas privadas por exemplo, as agências desejam obter um tratamento igual ao dos serviços da Comissão Europeia implantados noutras localidades em que existe um reduzido número de filhos do pessoal da UE, mas em que existe uma Escola Europeia (Culham, Mol, Bergen, Karlsruhe).

O quadro abaixo mostra o número de filhos do pessoal da UE nas pequenas EE de Culham, Bergen, Karlsruhe e Mol no ano lectivo 2003-2004 (AFSA)¹⁶.

Escola Europeia	Culham	Bergen	Karlsruhe	Mol
Números de filhos do pessoal da UE	14	66	83	85

O número de filhos dos funcionários que trabalham noutras instituições da UE, nomeadamente em Salónica (CEDEFOP e AER) e Sevilha (IETP), bem como dos funcionários previstos para Parma (AESA)¹⁷, é semelhante, ou até superior, exigindo também um ensino multilingue. O Anexo 11 apresenta uma estimativa do número de alunos relativamente a cada agência em 2005.

Independentemente da pressão que se faz sentir em termos das necessidades de ensino dos filhos do pessoal nos locais onde já existe (ou será criada) uma agência, o Parlamento Europeu, em 2002¹⁸, solicitou ao Conselho Superior que examinasse a possibilidade de, em colaboração com as escolas locais, alargar o acesso ao "Diploma Europeu de Estudos Secundários" noutras escolas que não as Escolas Europeias. Em Abril de 2005, o CS aprovou o quadro de acreditação e os elementos principais do ensino europeu apresentados no relatório do grupo de trabalho pertinente¹⁹. O CS continuará a reunir-se para especificar os aspectos processuais desta cooperação e avaliar os custos implicados. Logo que tudo esteja organizado e o CS tenha aprovado as medidas acordadas, está previsto solicitar às instituições da UE uma contribuição financeira para o ensino ministrado aos filhos do pessoal da UE nessas escolas "associadas/acreditadas".

Na sequência desta decisão do CS, as autoridades nacionais de três localidades – Parma (Itália), Dunshaughlin (Irlanda) e Heráclion (Grécia) – seguirão o novo processo de avaliação a fim de apreciar os serviços que oferecem (ou oferecerão) em função dos critérios estabelecidos para o ensino europeu. Cada uma dessas autoridades nacionais comprometeu-se a ministrar um ensino especial multilingue (ensino europeu) aos filhos do pessoal da UE colocado no seu território. Os métodos variam de acordo com a dimensão da agência e o número de alunos (ver Anexo 12). Também está previsto que o CS tome uma decisão no sentido de autorizar os alunos dessas escolas que seguem o ensino europeu a prestarem provas para obter o "Diploma Europeu de Estudos Secundários"²⁰. Espera-se que, uma vez acessível

¹⁶ Os dados relativos às EE de Culham, Bergen, Karlsruhe e Mol são tirados dos relatórios das escolas de 2003-2004.

¹⁷ No caso da AESA em Parma, prevê-se que o número de alunos ultrapasse 200 quando a Agência tiver concluído o recrutamento do seu pessoal.

¹⁸ *Relatório Bösch (FINAL A5-0395/2002) sobre o financiamento futuro das Escolas Europeias [2002/2083 (INI)]*.

¹⁹ *Relatório do grupo de trabalho II da Tróica "O Diploma Europeu de Estudos Secundários e a cooperação com outras escolas"*. Ref 2005-D-342-en-4.

²⁰ Uma modificação da Convenção será eventualmente necessária.

a todos os alunos que beneficiam do ensino europeu, o DEES recompense, por um lado, os esforços das autoridades nacionais, que consagraram recursos financeiros e humanos consideráveis à criação de uma escola nova e de elevado nível no seu território, e, por outro, permita que o orçamento da UE se concentre no seu objectivo prioritário de acordo com a Convenção das EE, nomeadamente, o ensino dos filhos do pessoal da UE.

3.3. Governança

Uma das questões centrais e fundamentais para as Escolas Europeias é a governança, a eficiência e a eficácia da sua gestão. Organizado originalmente para uma única escola no Luxemburgo que tinha quatro secções linguísticas e um Conselho Superior composto por apenas seis Estados-Membros, este sistema deve gerir actualmente 80 secções linguísticas em 14 línguas diferentes, em 13 escolas situadas em sete Estados-Membros. O CS e os seus comités preparatórios contam actualmente 29 membros: 25 representantes dos Estados-Membros (em breve serão mais) e por um representante do Instituto Europeu de Patentes²¹, das associações de pais, do pessoal docente (designado pelo Comité de Pessoal) e da Comissão Europeia. Em Outubro de 2002, a nova Convenção das EE entrou em vigor e, desde então, a maior parte das decisões requer apenas uma maioria de dois terços para ser adoptada. No entanto, a experiência dos dois últimos anos demonstrou que a capacidade de decisão do CS não melhorou desde que se abandonou o princípio da unanimidade. Tal como proposto na Comunicação sobre as Escolas Europeias [COM(2004)519 final], deve ser concedida uma maior autonomia local a nível da governança das escolas. Contudo, essa maior autonomia deve ser acompanhada de uma maior responsabilização, bem como de uma avaliação sistemática do funcionamento das escolas.

Para além do CS, a mais alta autoridade, o sistema das EE conta com um conjunto de comités, grupos de trabalho e subgrupos, tanto a nível central como local. Esses comités incluem vários comités preparatórios: três conselhos de inspecção²², três comités pedagógicos²³, um comité administrativo e financeiro²⁴, diversos outros grupos de trabalho *ad hoc* criados pelo CS, bem como os conselhos de administração de cada EE que se reúnem três vezes por ano. Estes comités dão a sua opinião ou o seu parecer de peritos a fim de diminuir a carga de trabalho do CS quanto às questões de microgestão. Em 2004, a Comissão, que participa apenas em alguns comités, contabilizou, em 2004, mais de 130 de dias de reuniões dos seus funcionários no âmbito das EE.

Um grupo de trabalho mandatado em 1995 para actualizar o regulamento geral das EE apresentou o regulamento revisto apenas este ano. O trabalho de consolidação das decisões tomadas pelo CS ainda não foi concluído. A última colectânea das decisões data de 1995 e a maior parte dos documentos, incluindo as decisões do CS, não se encontra no sítio *Web*.

²¹ O IEP tem um acordo especial com o CS em virtude do qual assume a maior parte dos custos da EE de Munique, em condições muito similares às da Comissão para o resto das EE, o que o habilita a ter um lugar no CS.

²² Um para os ciclos de ensino pré-primário e primário, outro para o ciclo de ensino secundário e um terceiro comum do qual fazem parte representantes de cada Estado-Membro.

²³ Um para os ciclos de ensino pré-primário e primário, outro para o ciclo de ensino secundário e um terceiro comum do qual fazem parte todos os inspectores, directores e directores adjuntos, e, quando adequado, os representantes dos pais, dos professores e alunos e um representante da Comissão.

²⁴ Este Comité é composto por representantes de cada Estado-Membro (geralmente do Ministério das Finanças), pelo director, pais, professores, alunos e pela Comissão na maioria das reuniões.

Tanto o PE como a Comissão solicitaram mais transparência a nível das EE, nomeadamente a possibilidade de as actas e as decisões do CS estarem acessíveis ao público.

Apesar do grande número de comités, os alunos e os pais continuam a não dispor de uma verdadeira via de recurso contra as decisões tomadas pelas EE ou pelo próprio CS. O sistema das EE compreende uma instância de recurso, à qual os membros da comunidade das EE se podem dirigir. No entanto, em 2004, esta instância declarou-se incompetente para tratar questões que não sejam do foro administrativo, geralmente relativas ao pessoal das EE²⁵. Por esse motivo, os recursos relativos à transferência de alunos, admissão de alunos com necessidades especiais de ensino (NEE), decisões dos conselhos disciplinares, aumento das propinas e classificações obtidas no exame para obtenção do "Diploma Europeu de Estudos Secundários", foram rejeitados. Esta situação de facto foi severamente criticada pelos destinatários das decisões que, em relação a algumas questões, recorrem aos tribunais nacionais.

Apesar de ter um único voto (num total de 29) e, por conseguinte, um poder limitado, a Comissão é muitas vezes considerada pelos pais e pelo pessoal da UE responsável pelas decisões tomadas pelo CS ou pelos directores das EE. Alguns deles dirigem-se ao Provedor de Justiça Europeu que, embora reconhecendo o poder limitado da Comissão no CS, tem convidado por diversas vezes a Comissão a promover uma boa administração e transparência nas EE²⁶.

3.4. Os alunos da cat. 3 e a questão da viabilidade das pequenas escolas

A questão mais delicada no sistema das Escolas Europeias é talvez a das propinas pagas pelos alunos da cat. 3. O PE e a Comissão solicitaram que as propinas correspondam melhor aos custos reais, enquanto que os representantes dos pais, dos professores e dos directores se opõem a qualquer aumento substancial das propinas para evitar uma redução do número de alunos da cat. 3 nas EE.

As propinas dos alunos da cat. 3 aumentaram consideravelmente nos três últimos anos, o que pode ter causado uma ligeira diminuição da população escolar desta categoria em algumas EE. A situação de sobrelotação nas escolas de Bruxelas também restringiu o número de alunos da cat. 3 admitidos nestas escolas. Contudo, apesar de uma ligeira redução da população da cat. 3 (de 36% em 2002 para 32% em 2004), as receitas provenientes das propinas dos alunos da cat. 3 aumentaram de 6,5% em 2002 para 8,4% em 2004. As propinas fixadas para a cat. 3 das EE em 2004-2005 são as seguintes: 2 178 euros para o ciclo de ensino pré-primário, 3 028 euros para o ciclo de ensino primário e 4 132 euros para o ciclo de ensino secundário, com uma redução de 50% para o segundo filho e de 75% para os filhos seguintes de uma mesma família.

A Comissão acredita firmemente que os alunos da cat. 3 devem continuar a ter lugar nas EE. No entanto, é necessário encontrar um equilíbrio adequado entre a fixação das propinas a um nível acessível, por um lado, e a limitação do montante da subvenção paga pelo contribuinte europeu, por outro. No caso de algumas pequenas EE, em que os alunos da cat. 3 representam cerca de 80% da população escolar total, a questão assume um carácter mais premente e

²⁵ *Relatório anual do auditor financeiro*. p. 6.

²⁶ A Comissão apresentou um documento sobre esta questão (*Acções propostas para uma maior transparência e uma boa administração no sistema das Escolas Europeias*) e aguarda a sua aplicação pelo CS.

constitui mesmo motivo de preocupação quanto à viabilidade a longo prazo das escolas em questão (ver Anexos 2 e 8). Por outro lado, a elevada percentagem de isenção do pagamento de propinas na cat. 3 nestas pequenas EE é um assunto que importa resolver uma vez que diz respeito a 65% da totalidade das isenções concedidas em todas as EE (571 casos num total de 882).

Os critérios "Gaignage"²⁷ adoptados em 2000 fixam as condições para a criação de EE, indicando o número mínimo de alunos por secção linguística e determinando que, pelo menos, 50% dos alunos de uma EE situada numa localidade que não Bruxelas ou Luxemburgo devem ser alunos da cat. 1. O mesmo documento prevê a possibilidade de encerramento de uma secção linguística, ou mesmo de uma escola "se o reduzido número de alunos da cat. 1 inscritos não justificar a continuação da existência da escola"²⁸. O PE também analisou esta questão no relatório Bösch em 2002, tendo convidado o CS a tomar medidas. Na sequência desta diligência do PE, estão a ser progressivamente encerradas 7 secções linguísticas de dimensões muito reduzidas nas quatro EE de Bergen, Culham, Karlsruhe e Mol (que tinham apenas 17 alunos da cat. 1 no conjunto das 7 secções linguísticas²⁹).

Dado que a actual situação suscita grande preocupação quanto ao futuro a longo prazo destas escolas, a Comissão Europeia lançou um estudo externo sobre a viabilidade das quatro pequenas EE. Os resultados desse estudo deverão estar disponíveis em 2006 e naturalmente que a Comissão os apresentará ao CS. O caderno de encargos prevê que os consultores encarregados do estudo visitem as quatro EE, reúnam com os representantes da comunidade escolar e colaborem estreitamente com a Comissão, o Secretário-Geral e o seu gabinete para a obtenção de dados e outras informações pertinentes. O caderno de encargos prevê ainda a apresentação de uma proposta de métodos alternativos para responder às necessidades de ensino dos filhos do pessoal da UE nas quatro EE em questão, bem como medidas transitórias e sociais em caso de encerramento, a fim de ter em conta a dificuldade dos actuais alunos em encontrarem soluções alternativas.

4. CONCLUSÃO

As Escolas Europeias são um importante elemento da política social das instituições da UE e do seu bom funcionamento, dado que contribuem para que, a longo prazo, as instituições comunitárias sejam um empregador atractivo para o pessoal altamente qualificado em toda a Europa. A Comissão Europeia considera por isso que é essencial que, paralelamente à construção de um modelo inovador criado em 1954, as EE possam estar em condições de enfrentar com êxito os desafios do futuro.

A Comissão, que é o maior empregador da maior parte dos utilizadores finais e a principal entidade financiadora do sistema das EE, considera que tem a obrigação de acompanhar de perto o funcionamento do sistema para garantir que as EE continuem a preparar os nossos jovens para uma sociedade da informação cada vez mais competitiva e mais baseada no conhecimento, garantindo paralelamente às instituições europeias e aos contribuintes europeus a melhor utilização possível dos recursos. Por conseguinte, embora as escolas funcionem num quadro intergovernamental estabelecido pela Convenção, a Comissão

²⁷ *Critérios de criação, encerramento e conservação de Escolas Europeias*. Ref # 2000-D-7510.

²⁸ *Critérios de criação, encerramento e conservação de Escolas Europeias*. Ref # 2000-D-7510, p. 3.

²⁹ Anexo ao documento intitulado *Aplicação dos critérios do relatório "Gaignage" às secções linguísticas* apresentado na reunião do CS de Janeiro de 2004.

considera que deve ser um parceiro construtivo, identificando e facilitando a introdução de melhorias no sistema.

Por esse motivo, em Julho de 2004, a Comissão adoptou uma comunicação [COM(2004)519 final] sobre as opções para desenvolver o sistema das Escolas Europeias, que sublinha em especial a necessidade de melhorar a governança, o financiamento e o ensino ministrado. A Comissão considera nomeadamente que o sistema das EE exposto neste relatório demonstra que o mesmo enfrenta diversos desafios importantes. Embora as EE estivessem na vanguarda quando foram criadas, certos aspectos devem ser modernizados. Após 50 anos de actividade, chegou a hora de proceder a um exame do funcionamento das EE, para que possam continuar a melhorar a qualidade e a natureza do ensino que ministram, reforçando a sua eficiência e melhorando a sua relação custo-eficácia, instaurar um sistema moderno e adequado de governança que permita uma maior participação das principais partes interessadas e funcionar com maior transparência de acordo com as melhores práticas em matéria de educação. Este primeiro relatório anual deve, por conseguinte, ser visto no contexto da comunicação da Comissão sobre o futuro das escolas. No seu conjunto, estes dois documentos procuram identificar meios para desenvolver e melhorar o sistema das Escolas Europeias, mediante consultas e debates com as autoridades nacionais e os peritos, bem como todas as partes interessadas no sistema das Escolas Europeias.

ANNEX 1

Trends in Pupil Numbers in the European Schools 2001-2004

Table 1: Total ES population by school and % comparison to total population in all ES

Schools	2001		2002		2003		2004		Difference between 2001 and 2004
	Pop.	% of all ES	Pop.	% of all ES	Pop.	% of all ES	Pop.	% of all ES	Pop.
Alicante			464	2,55	858	4,52	950	4,78	950
Bergen	798	4,70	728	3,99	695	3,66	664	3,34	-134
Brussels I	2411	14,19	2135	11,71	2289	7,21%	2394	7,21%	-17
Brussels II	2845	16,75	2782	15,26	2769	14,59	2917	14,69	72
Brussels III	1751	10,31	2550	13,99	2592	4,66	2773	4,48	1022
Culham	913	5,38	903	4,95	884	4,66	889	4,48	-24
Frankfurt			299	1,64	633	3,33	809	4,07	809
Karlsruhe	1166	6,86	1176	6,45	1091	5,75	1074	5,41	-92
Luxembourg I	3702	21,80	3724	20,43	3753	19,77	3101	15,61	-601
Luxembourg II							827	4,16	827
Mol	677	3,99	676	3,71	641	3,38	643	3,24	-34
Munich	1376	8,10	1421	7,80	1455	7,66	1504	7,57	128
Varese	1346	7,92	1369	7,51	1323	6,97	1317	6,63	-29
Total	16985	100	18227	100	18983	100	19862	100	2877

The Brussels and Luxembourg pupil population is 12012 out of the 19862 in all the ES (i.e. 60%)

Table 2: Category 1 population by School and % comparison to total population in that school

Schools	2001		2002		2003		2004		2004		
	Cat 1	%	Cat 1	%	Cat 1	%	Cat 1	%	Children of school staff	% of cat 1 in ES	
Alicante			119	25.65%	236	27.51%	308	32.42%	50	16,23	
Bergen	123	15.41%	109	14.97%	107	15.40%	108	16.27%	35	32,41	
Brussels I	1730	71.75%	1470	68.85%	1657	72.39%	1825	76.23%	118	6,47	
Brussels II	2358	82.88%	2311	83.07%	2359	85.19%	2536	86.94%	101	3,98	
Brussels III	1345	76.81%	2051	80.43%	2100	81.02%	2319	83.63%	87	3,75	
Culham	104	11.39%	113	12.51%	113	12.78%	107	12.04%	82	76,64	
Frankfurt			88	29.43%	238	37.60%	329	40.67%	46	13,98	
Karlsruhe	119	10.21%	121	10.29%	123	11.27%	130	12.10%	48	36,92	
Lux. I	2773	74.91%	2784	74.76%	2797	74.53%	2372	76.49%	121	5,10	
Lux. II							593	71.70%	27	4,55	
Mol	130	19.20%	143	21.15%	127	19.81%	127	19.75%	37	29,13	
Munich	846	61.48%	915	64.39%	963	67.77%	1018	66.88%	62	6,09	
Varese	542	40.27%	579	42.29%	585	44.22%	640	48.60%	95	14,84	
Total	10070	59.29%	1080	59.27%	1140	5	60.19%	12412	62.45%	909	7,32

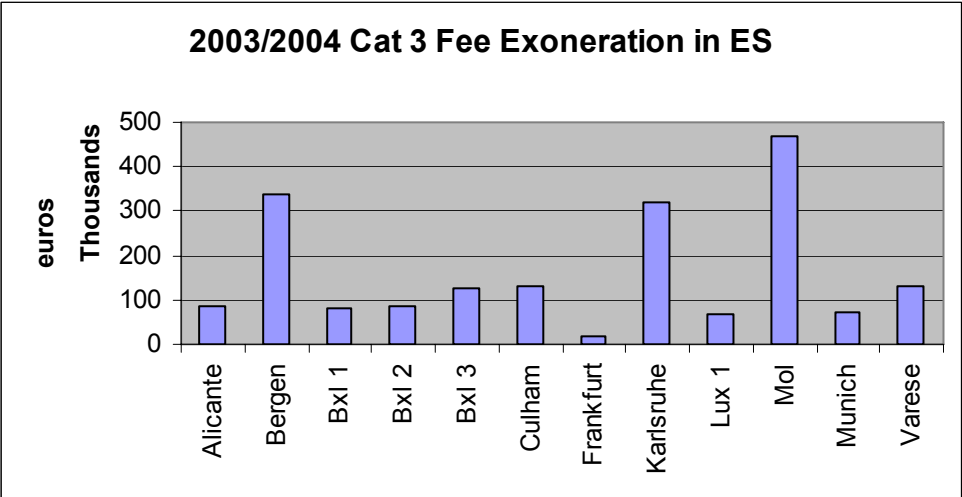
The Brussels and Luxembourg cat 1 population is 9645 out of the 12412 in all the ES (i.e. 78%)

ANNEX 2

Category 3 Pupil Numbers in the European Schools 2001-2004

Schools	2001		2002		2003		2004	
	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%	Pop.	%
Alicante			342	73.71%	618	72.03%	639	67.26%
Bergen	670	83.96%	604	82.97%	579	83.31%	547	82.38%
Brussels I	652	27.04%	638	29.88%	599	26.17%	532	22.22%
Brussels II	345	12.13%	331	11.90%	265	9.57%	230	7.88%
Brussels III	379	21.64%	479	18.78%	455	17.55%	416	15.00%
Culham	761	83.35%	734	81.28%	722	81.67%	730	82.11%
Frankfurt			202	67.56%	373	58.93%	431	53.28%
Karlsruhe	982	84.22%	968	82.31%	859	78.74%	810	75.42%
Luxembourg I	704	19.02%	709	19.04%	719	19.16%	577	18.61%
Luxembourg II							140	16.93%
Mol	547	80.80%	527	77.96%	501	78.16%	493	76.67%
Munich	403	29.29%	370	26.04%	374	25.70%	366	24.34%
Varese	687	51.04%	664	48.50%	599	45.28%	502	38.12%
Total	6130	36.09%	6568	36.03%	6663	35.10%	6413	32.29%

Table 3: Category 3 population by School and % comparison to total population in that school



The data for above graph are taken from the *Annual Report of the Financial Controller*. Ref # 2005-D-163.

Tables 1, 2 and 3 are taken from the *Annual Report of the Secretary General to the Board of Governors of the European Schools*. Ref # 1612-D-2004

ANNEX 3

Staffing Levels in the European Schools for 2005-2006

**AAS posts in organigram
as of Jan 2006;
Seconded posts in
organigram as of Sept
2005**

	EUROPEAN SCHOOL													Office of Secretary General of the European Schools	TOTAL	
	Alicante	Bergen	Bruxelles1	Bruxelles2	Bruxelles3	Culham	Frankfort	Karlsruhe	Luxembourg1	Luxembourg2	Mol	München	Varèse			
Secretaries/assistants/commis																
Secretaries/assistants/commis	4	3	7,25	5,5	7	3	3,5	4,5	7	3,5	3	7	6,78	14,75	79,78	
Accountants/bursars/assistants	2	2	3,5	3	3	3	2	3	5	2	3	4	3	6	44,5	
ICT technician/ICT assistants	1	1	1	1	1	1	1	1	2	1	1	1	1	6	20	
Technicians/workers	3	3	7	6	5	2	3	3	7	3	4	4	5	0	55	
Librarians	1	1	1	1	2	1	1	1	**	1	**	2	**	0	12	
Nursery class assistants	4	2,5	7,5	8	7	3	4	3	11	9	1	5	3	0	68	
Nurses/medical assistants	1	0,5	1,7	1,5	1,5	0,5	1	0,8	1,5	1	1	1	1	0	14	
Preparateur/teaching assistants	2	2	4	4	4	3	1,5	2,5	6	0,5	2	3,5	3	1,5	39,5	
Total AAS posts	18	15	32,95	30	30,5	16,5	17	18,8	39,5	21	15	27,5	22,78	28,25	332,78	

Detached / seconded Staff - levels in ES organigram for 2005-2006

Directors / Deputy Directors	3	3	3	3	3	3	3	3	4	2	3	3	3	0	39
Teachers	68	64	177	188	178	66	58	81	235	52	65	86	100	0	1418
Bursars	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	0	0	10
Librarians			1						3		1		1		6
Office of Secretary General														7	7
Total Seconded Staff	72	68	182	192	182	69	62	84	243	55	70	90	104	7	1480

Seconded and AAS staff	90	83	215	222	212,5	85,5	79	102,8	282,5	76	85	117,5	126,8	35,25	1813
Pupil population (2005)*	944	690	2433	2923	2766	854	808	1076	3112	734	647	1514	1348		19849
Cat 1 pupils (2005)*	307	109	1870	2543	2334	100	332	131	2389	527	130	1022	655		12449
No of pupils per staff	10	8	11	13	13	10	10	10	11	10	8	13	11		11
No of cat 1 pupils per staff	3	1	9	11	11	1	4	1	8	7	2	9	5		7

* Figures provided in April 2005 by the Office of Secretary General of the European Schools

** Librarians are seconded personnel in this school

ANNEX 4

Statistic on Results Obtained in the European Baccalaureate (Bac)

Table 1: % of pupils who successfully passed the in the Bac in the ES, 1995-2004

Year	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Pass rate	95.7%	95.7%	95.5%	97.2%	96%	96.4%	97.2%	98.3%	97.2%	98.1%

Table 2: % of pupils who scored 80% or higher in Bac in the ES, 1995-2004

Year	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004
>80%	21%	21.1%	18.8%	22.4%	23.4%	27.3%	28%	29%	33%	29%

Table 3: % of pupils who scored 75% or higher in Bac in ES, 1995-2004

Year	1995 – 1999 Average		2000	2001	2002	2003	2004
>75%	41.3%		45.7%	45.9%	45.5%	51.5%	49.6%

Table 4: Average Bac score of all pupils in ES, 2000-2004

Year	2000	2001	2002	2003	2004
Average EB mark	7.4	7.4	7.5	7.6	7.6

Comparative Data on Language Section Results in the European Baccalaureate, 2004

Table 5: % of pupils succeeding in the Bac in 2004 by Language Section

2004	SW	FI	DK	NL	IT	EN	ES	DE	FR	GR	PT
pass rate	100	100	100	99,2	99,1	99,1	97,7	97,7	97,2	95,5	95,3

Table 6: % of pupils succeeding in the Bac on average between 1995-2004, by Language Section

Avg 1995-2004	FI	DK	EN	SW	NL	DE	GR	IT	ES	FR	PT
pass rate	100	99,8	98,5	98,3	98,3	97,3	97,2	97,2	95,6	95,4	94

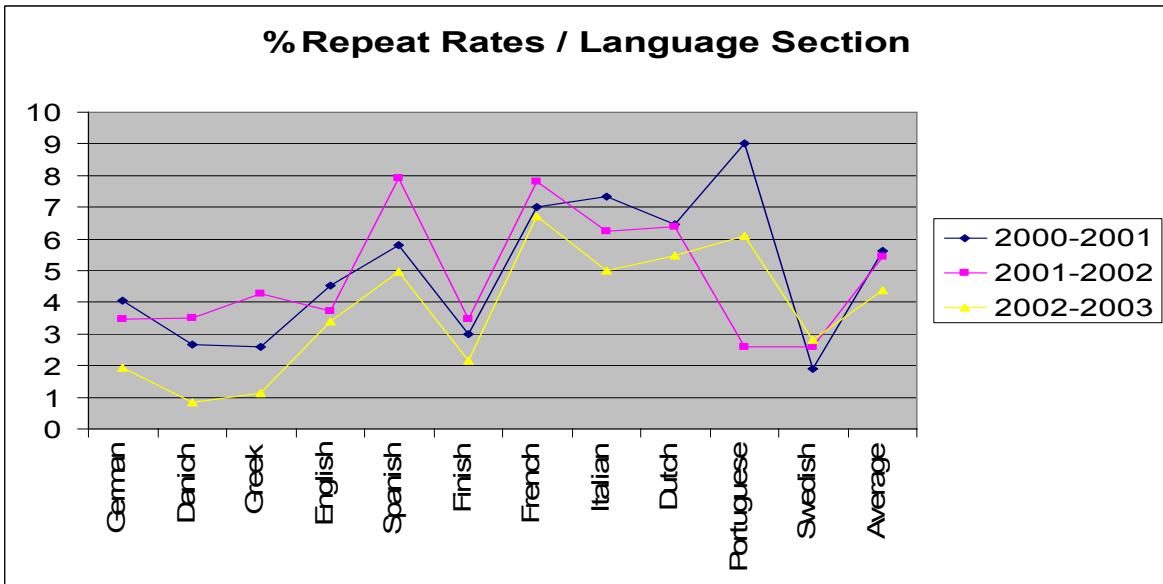
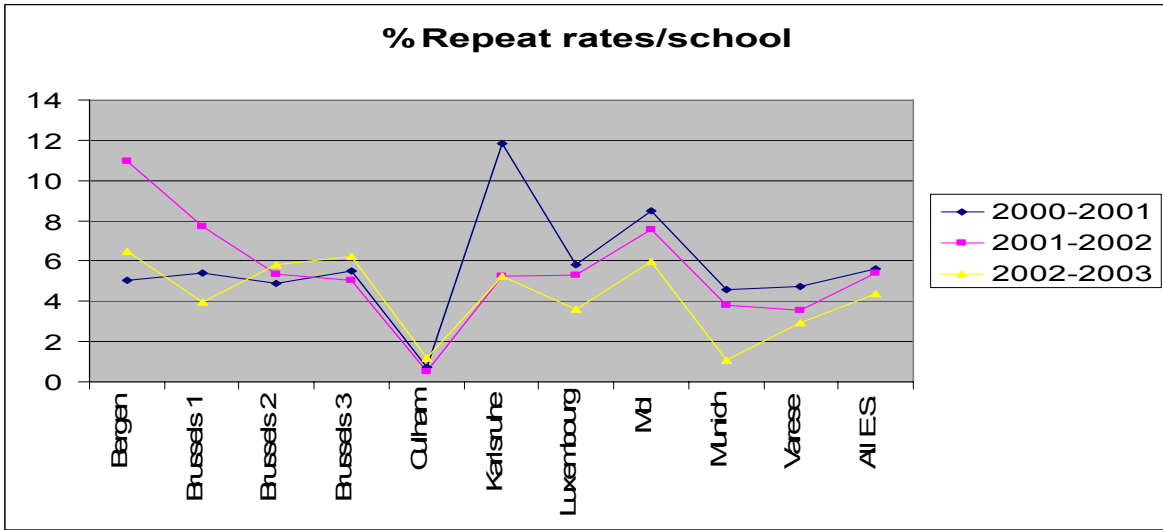
Table 7: % of pupils scoring >75% in the Bac in 2004, by Language Section

2004	FI	SW	GR	DE	DK	EN	average	PT	IT	NL	FR	ES
>75%	92	71	68	62	62	58	49,6	44	39	39	37	36

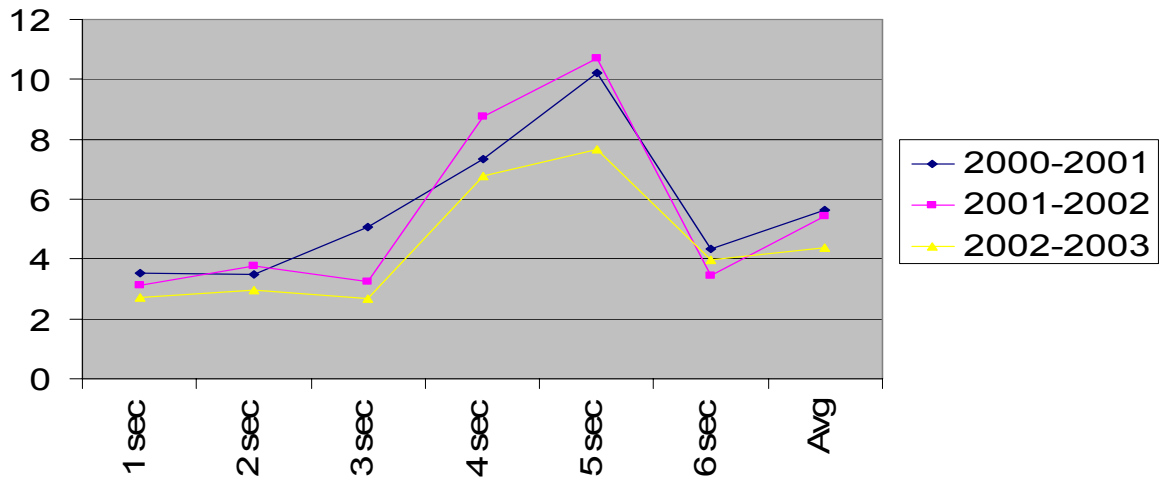
Table 8: % of pupils scoring >75% in the Bac, on average 1995-2004, by Language Section

Avg 1995-2004	FI	SW	DK	GR	DE	EN	average	IT	ES	NL	FR	PT
>75%	79,9	73,8	63,2	60,7	56,2	54,47	51,6	39,6	36,7	34,9	34,9	33,5

ANNEX 5



% Repeat Rates / Year Level in Secondary



ANNEX 6

Total Allocated vs Executed Budgets Comparison in the ES System 2000-2004

Year	2000		2001		2002		2003		2004	
	alloc	exec	alloc	exec	alloc	exec	alloc	exec	alloc	exec
<i>School</i>										
Luxembourg	34.456.692	33.977.968	34.210.582	32.957.559	32.284.456	31.574.527	31.945.707	31.229.866	34.562.372	32.671.205
Lux II (4months)									2.722.894	2.058.524
Brussels I	29.819.176	28.135.116	28.226.386	25.912.899	23.755.967	22.817.588	23.962.277	22.694.123	26.021.831	24.202.763
Brussels II	27.928.123	27.563.406	27.424.908	27.394.960	23.662.085	23.940.633	24.468.782	24.792.967	26.646.298	26.388.699
Brussels III	12.600.341	14.219.152	17.063.462	17.101.474	19.130.383	18.858.833	22.285.783	22.415.008	24.246.378	23.545.733
Munich	15.680.626	15.271.062	16.232.026	15.241.501	14.826.346	14.784.591	15.892.679	15.782.917	18.572.297	16.815.075
Varese	15.295.071	15.362.270	15.536.782	14.732.380	14.667.823	14.493.087	15.274.106	15.060.188	15.794.950	15.585.131
Karlsruhe	12.634.553	12.762.941	11.895.663	11.567.255	11.870.902	10.933.169	11.480.626	11.276.785	11.753.185	11.228.532
Culham	12.307.344	13.889.837	13.164.212	12.101.021	12.200.603	11.437.042	12.330.374	11.114.141	12.277.338	10.861.824
Bergen	12.757.157	12.404.488	12.485.698	11.450.350	11.536.600	10.623.375	11.858.242	10.808.872	11.483.558	10.677.106
Mol	10.964.087	10.334.241	10.559.021	10.055.345	10.199.853	9.970.209	10.704.772	10.231.665	10.994.523	10.245.052
Alicante					1650000	1514192	5748702	5316744	9.921.031	8.268.170
Frankfurt					1700000	1149324	5637352	4638920	8.698.131	7.440.340
Ofc Sec-Gen	6.243.796	5.675.667	6.554.765	5.894.574	6.885.436	6.399.617	7.186.488	6.808.403	7.987.360	7.286.970
TOTAL	190.686.966	189.596.148	193.353.505	184.409.318	184.370.454	178.496.187	198.775.890	192.170.599	221.682.146	207.275.124
Not spent		1.090.818		8.944.187		5.874.267		6.605.291		14.407.022

ANNEX 7

Percentage of Budget Utilised in Each European School and the Office of the Secretary General Compared to the Initial Budget Requested for 2004

European School	Lux I	Lux II	Brussels I	Brussels II	Brussels III	Munich	Varese	Karlsruhe	Culham	Alicante	Bergen	Frankfurt	Mol	Office of Sec-Gen	TOTAL E.S. SYSTEM
Number of pupils	3835	734	2396	2847	2688	1483	1368	1163	918	914	759	740	674		19785
Total Salaries: detached and locally hired teachers and managers, administrative staff, staff outside organisgramme, all social charges and benefits.	94,0%	72,3%	93,8%	99,4%	96,3%	87,8%	98,7%	95,5%	87,6%	83,0%	92,7%	82,5%	92,7%	91,7%	93,1%
Operational expenses: Training, conferences, missions, special projects, SEN programme, etc.	128,4%	71,8%	51,7%	70,8%	98,4%	82,7%	85,8%	64,7%	91,7%	94,2%	64,6%	89,0%	92,8%	92,9%	82,3%
Functional and administrative expenses: furniture, equipment, printing, cleaning, tel, fax, insurances, didactic material etc.	95,6%	93,4%	99,7%	99,7%	103,8%	114,4%	99,9%	101,1%	99,6%	84,8%	99,6%	108,9%	97,2%	90,7%	98,6%
UTILISATION OF TOTAL BUDGET ALLOCATED	94,5%	75,6%	93,0%	99,0%	97,1%	90,5%	98,7%	95,5%	88,5%	83,3%	93,0%	85,5%	93,2%	91,2%	93,5%

ANNEX 8

EU financial contribution to the ES annual budget by school

	1995	1996	1997	1998	1999	2000*	2001*	2002	2003	2004
Alicante								1.281.828	3.435.247	5.723.283
Bergen	5.833.608	6.356.958	6.388.801	6.979.595	6.995.189	8.483.134	7.116.390	5.985.727	6.349.789	6.346.386
Bxl 1	19.335.913	21.719.305	20.988.385	20.601.472	21.029.992	20.300.446	18.811.353	15.527.268	15.836.882	17.010.951
Bxl 2	12.696.913	16.204.386	15.311.326	16.270.505	16.388.104	19.046.855	19.015.360	14.431.672	15.915.807	17.694.770
Brxl 3					4.037.630	10.221.836	11.878.666	12.543.329	14.973.514	15.655.353
Culham	4.917.980	5.000.816	6.401.414	5.582.132	7.188.649	8.514.679	7.119.891	6.525.151	6.054.878	5.546.959
Frankfurt								1.112.500	2.927.508	4.160.513
Karlsruhe	4.879.493	6.408.693	6.276.596	5.512.057	5.814.821	7.856.360	5.607.756	5.561.889	4.093.215	3.946.485
Lux 1	16.823.725	18.139.950	18.840.845	19.877.870	18.676.738	22.310.293	20.696.593	18.996.446	19.146.114	20.277.176
Lux 2										1.208.960
Mol	6.504.273	6.126.532	6.033.871	6.272.071	5.906.547	6.993.195	6.189.821	6.077.399	6.540.924	6.350.337
Munich	635.231	611.001	624.840	668.984	634.208	932.846	951.062	836.321	973.247	970.078
Varese	6.655.026	6.960.505	7.545.227	7.404.896	7.595.073	9.132.190	8.129.409	7.538.961	7.482.328	7.800.585
OSG	3.335.958	4.580.649	5.019.041	4.394.012	4.714.003	5.027.289	5.238.656	5.647.616	6.075.597	5.665.198
Total	81.618.120	92.108.795	93.430.346	93.563.594	98.980.954	118.819.123	110.754.957	102.066.107	109.805.050	118.357.034

The ES budget and the EU contribution to it for the years 2000 and 2001 are unusually high as a result of a BoG decision to pay the removal allowances to all teachers who had been in the system for longer than 9 year in that school year. This early payment of the removal allowances, besides resulting in higher costs for the ES in the school year 2000-2001, also means that subsequent budgets are lower because the removal allowances already paid are not encountered in the year in which they occur.

It is estimated (by the OSG) that this decision had the effect of increasing the 2000 and 2001 ES budgets and specifically the EU subsidy by 35 million euros more than normal and by reducing the subsequent years by approximately 4-5 million euros per year.

ANNEX 9

Total Budget for the European School System 1995-2006

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Alicante								1.514.192	5.316.744	8.268.170	10.387.360
Bergen	9.408.815	9.553.937	9.751.417	10.344.077	10.590.168	12.404.488	11.450.350	10.623.375	10.808.872	10.677.106	10.752.172
Brussels 1	29.400.370	29.964.831	29.464.470	30.251.098	29.386.627	28.135.116	25.912.899	22.817.588	22.694.123	24.202.763	27.089.538
Brussels 2	20.219.149	22.427.046	22.532.853	23.866.422	24.527.102	27.563.406	27.394.960	23.940.633	24.792.967	26.388.699	27.272.550
Brussels 3					5.231.730	14.219.152	17.101.474	18.858.833	22.415.008	23.545.733	25.617.400
Culham	7.813.517	8.266.480	9.758.808	10.503.719	10.797.586	13.889.837	12.102.021	11.437.042	11.114.141	10.861.824	11.208.821
Frankfurt								1.149.324	4.638.920	7.440.340	9.398.748
Karlsruhe	9.974.327	10.534.488	10.173.922	10.304.481	11.202.614	12.762.941	11.567.255	10.933.169	11.276.785	11.228.532	11.171.442
Luxembourg 1	25.828.255	26.631.439	27.390.562	29.012.394	30.221.863	33.977.968	32.957.559	31.574.527	31.229.866	32.671.205	33.272.011
Luxembourg 2										2.058.524	6.420.443
Mol	9.510.287	9.509.110	9.261.748	9.373.312	9.273.803	10.334.241	10.055.345	9.970.209	10.231.665	10.245.052	10.703.110
Munich	10.810.071	11.371.787	11.519.371	11.734.445	12.717.308	15.271.062	15.241.501	14.784.591	15.782.917	16.815.075	18.711.626
Varese	10.560.393	12.506.354	12.708.747	12.924.338	13.214.968	15.362.270	14.732.380	14.493.087	15.060.188	15.585.131	15.801.545
Office Sec- Gen	4.048.813	5.222.526	5.567.010	5.049.424	5.348.393	5.675.667	5.894.574	6.399.617	6.808.403	7.286.970	8.188.302
Total	137.573.997	145.987.998	148.128.908	153.363.710	162.512.162	189.596.148	184.410.318	178.496.187	192.170.599	207.275.124	225.995.068

NB: the 1995 – 2004 figures are actual spent budget whereas the 2005 are the provisional allocated budget to the schools.

ANNEX 10

2006-2010 FORECAST OF PUPIL NUMBERS IN THE BRUSSELS AND
LUXEMBOURG EUROPEAN SCHOOLS

All 3 European Schools in Brussels

	<i>2003/4 Actual</i>	2004/5 Estimate	<i>2004/5 Actual</i>	2005/6 Estimate	2006/7 Estimate	2007/8 Estimate	2008/9 Estimate	2009/10 Estimate
New Cat I pupils from: new MS + old MS		200 + 150	333	300 + 150	300 + 150	250 + 150	250 + 150	0 + 150
Cat. III pupils leaving ES		- 150	-141	- 110	- 140	- 140	- 120	-120
TOTAL	7.930	8.130	8.122	8.470	8.780	9.040	9.320	9.350

The 2 European Schools in Luxembourg

	<i>2003/4 Actual</i>	2004/5 Estimate	<i>2004/5 Actual</i>	2005/6 Estimate	2006/7 Estimate	2007/8 Estimate	2008/9 Estimate	2009/10 Estimate
New Cat I pupils from: new MS + old MS		25 + 30	68	60 + 40	50 + 50	50 + 50	25 + 60	0 + 60
Cat. III pupils leaving ES		- 50	-65	- 40	- 50	- 35	- 50	-40
TOTAL	3.835	3.840	3.846	3.900	3.950	4.015	4.050	4.070

ANNEX 11

COMMUNITY AGENCIES

	Agency	Location	Staff in 2005	Estimated number of pupils³⁰
1.	CEDEFOP	Thessaloniki**	91	55
2.	EUROFOUND	Dublin	94	56
3.	AEE / EEA *	Copenhagen	115	69
4.	ETF	Turin	104	62
5.	OEDT/EMCDDA*	Lisbon***	77	46
6.	OHMI/OHIM*	Alicante	675	405
7.	EU - OSHA	Bilbao	37	22
8.	OCVV/CPVO*	Angers	38	22
9.	CdT	Luxembourg	181	108
10.	EUMC	Vienna	37	22
11.	EAR	Thessaloniki**	115	69
12.	EFSA	Parma	194	116
13.	AESM/EMSA*	Lisbon***	95	57
14.	AESA/EASA*	Cologne	200	120
15.	ENISA	Heraklion	40	24
16.	ECDC	Stockholm	29	17
17.	EMEA	London	379	227
18.	AFE/ERASI*	Lille – Valenciennes	72	43
19.	Galiléo	?	15	9
20.	FRONTEX	Warsaw	17	10
3rd	Eurojust	The Hague	87	52
3rd pilier	CEPOL	Bramshill	18	11
TOTAL		All locations	2710	1622

* English acronym

** Total agency staff in Thessaloniki 91+115 = 206 ; estimated number of pupils = 124

*** Total agency staff in Lisbon 77 + 95 =172; estimated number of pupils = 103

³⁰ Statistics show the ration of pupils enrolled in a European School per staff member is 0.6 :1. This ratio is applied for the estimates above.

ANNEX 12

Experimental Approaches to Delivering European Schooling in Parma Italy, Dunshaughlin Ireland and Heraklion Greece.

A first alternative model of an “associated or accredited” school is being established in Parma. There, the Italian authorities have almost reproduced a miniature ES which offers the complete range of ES programmes and which is organised in 3 language sections; English, Italian and French. The school, ‘Scuola per l’Europa’, was visited by a team of inspectors from the ES and they and the parents were very pleased with this experiment in an alternative delivery of European Schooling. The nursery and primary levels are operating this year with 35 pupils, the first 3 years of secondary are scheduled to open in Sept 2005, years 4-5 secondary in Sept 2006 and years 6-7 secondary in Sept 2007. Enrolments for Sept 2005 have already reached 210 pupils as the educational provision is attractive to other parents, besides the Agency staff, who are also interested to have their children partake in a European Schooling. The Italian authorities have borne and will continue to bear the full cost of this pilot project for another 3 years.

In a second case, the Irish authorities offer a different type of provision for the children of staff in the “Centre for European Schooling” in Dunshaughlin (near Grange) than that started last year in Parma. The Irish authorities have dealt with this requirement on an individual basis and have discussed and respected the expressed main concerns of the parents: proficiency in the child’s mother tongue, appropriate English and second language programmes, and that the leaving certificate awarded to the child has wide recognition³¹. The 28 children (most in primary) from the Food and Veterinary Office (FVO) are integrated into national Irish schools where they receive instruction in English (a vehicular language and one that would facilitate mobility to another international or ES school) but also attend special courses at the “Centre for European Schooling”. Unlike the Parma model, no special classes are created for them or others interested in receiving a European Schooling in language sections. They do however receive instruction in foreign languages, European Hours and Mother-tongue tuition as in the ES, and cooperate with the ES in Mol for some exchanges and teaching by distance learning of some courses. After the latest BoG decision, the Irish authorities will try to organise lessons to meet the core criteria for European Schooling for the secondary.

A third model is the planned cooperation of a national school with the ES system in Heraklion, Greece is yet again a different model in providing European Schooling. As the children of the European Network and Information Security Agency (ENISA) will be very few (about 20 at most) the Parma example with 3 language sections cannot be functional. The Dunshaughlin model on the other hand where the children are integrated into the local schools (taught in English) is not feasible as the national schools in Heraklion provide instruction in Greek. The proposed organisation of the “Public School of European Education in Heraklion” is to provide the core elements of European Schooling in two language sections: English and Greek. They will start the project in Sept 2005 and like the Italian and Irish authorities they will bear all costs themselves and will submit their request to be evaluated for compliance to the core criteria for European Schooling and later for accreditation to become an “associated or accredited” school with the ES system.

³¹ Centre for European Schooling in Dunshaughlin, Ireland. April 2005. Ref # 2005-D-34.